



Congresso deve instituir calendário das reformas, diz Maciel

O Brasil tem de tirar lições da crise e avançar em reformas que levem ao crescimento econômico com mais justiça. O ponto de vista foi defendido pelo

senador Marco Maciel, favorável a uma definição do calendário das reformas institucionais, pelo Congresso Nacional, logo após as eleições. Segundo Maciel, o país não pode

deixar de aproveitar a oportunidade de realizar, por meio do Congresso, mudanças profundas no campo político, capazes de evitar a repetição de práticas ilegais. **Página 2**

Maciel pede aos eleitores que confiem na democracia e compareçam às urnas

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.457 – Brasília, sexta-feira, 15 de setembro de 2006

Rádio Senado analisa os 60 anos da Carta de 46

Em 18 de setembro de 1946, o país que viveu 15 anos sob a ditadura de Getúlio Vargas passou a ser regido por uma constituição liberal, promulgada pelo Congresso Nacional. Entrou em cena a Carta de 1946, cujos 60 anos são tema do programa *Reportagem Especial*, que a Rádio Senado apresenta hoje, amanhã e domingo.

Outra atração será *180 Anos do Senado Brasileiro*, que, neste fim de semana, terá como tema a representação durante o governo do marechal Castelo Branco. O programa destaca a Lei de Segurança Nacional e o Ato Institucional nº 5, este baixado no governo do general Costa e Silva, que sucedeu a Castelo.

Pacote contra corrupção vai à Comissão de Justiça



Sugestões da CPI dos Correios prevêem várias alterações na Constituição e limitam nomeações políticas para cargos na administração pública

Propostas da CPI dos Correios, lidas ontem em Plenário e encaminhadas à Comissão de Justiça, limitam provimento de cargos em comissão, normatizam a abertura de processo por crime de responsabilidade e dão ao Congresso e às suas duas Casas poder de convocar dirigentes de entidades da administração indireta. **Página 3**

Contra desemprego, estímulo ao ensino profissionalizante

Os jovens representam 45,5% dos 3,2 milhões de desempregados das principais regiões metropolitanas, segundo estudo do Dieese. Uma das sugestões de Paulo Paim é estimular o ensino profissionalizante. **Página 4**



Da tribuna, Paim cobra do governo medidas para estimular a economia e gerar empregos



Jefferson anuncia que vai esperar esclarecimentos

Relator quer ouvir senador sobre fala de ex-assessora

Mônica Teixeira, ex-chefe de gabinete, diz que Ney Suassuna sabia que ela assinava documentos em seu nome. Relator do processo, Jefferson Péres quer saber o que o senador tem a falar sobre isso. **Página 3**

Antero: e-mail de Gabeira corrige injustiça

O senador Antero de Barros afirma que o e-mail do deputado Fernando Gabeira, isentando-o de envolvimento com a máfia das ambulâncias, se pulta as acusações. **Página 3**

Senador diz que Congresso deve aproveitar o atual momento, “em que os problemas estão visíveis e as soluções já são quase consensuais”, para avançar em mudanças no sistema político

Marco Maciel sugere discussão de reformas ainda nesta legislatura

Marco Maciel (PFL-PE) sugeriu que o Congresso decida logo após as eleições – antes mesmo da nova legislatura, a ser instalada em 15 de fevereiro de 2007 – o calendário das reformas institucionais, especialmente as mudanças no sistema político. Para ele, o Brasil tem de tirar lições da atual crise e avançar em reformas que levem a um crescimento econômico com mais justiça.

– É preciso aproveitar o momento em que os problemas estão visíveis e as soluções são também já quase consensuais. O país não pode deixar de aproveitar essa oportunidade de realizar, através do Congresso Nacional, mudanças profundas, indispensáveis ao seu povo – enfatizou.



Maciel pede que eleitores evitem o voto nulo para permitir um Congresso melhor

O senador afirmou que só uma reforma profunda evitará a repetição de práticas ilegais denunciadas e investigadas nos últimos tempos.

Maciel também pediu que os

eleitores demonstrem, mais uma vez, confiança na democracia brasileira, comparecendo às eleições e evitando o voto nulo. Ponderou que apenas a conscientização do eleitor, com a escolha de bons nomes para deputado e senador, permitirá que o Brasil tenha um Congresso melhor.

O senador ainda saudou a posse na presidência do Tribunal de Contas da União, na semana passada, de Guilherme Palmeira, que é ex-senador, ex-governador de Alagoas, ex-deputado estadual e ex-prefeito de Maceió. Maciel leu trechos dos discursos de saudação feitos a Guilherme Palmeira, a quem classificou de “um cidadão republicano na plena expressão do termo”.

Brasileiro que vive no exterior deve votar para presidente

Os brasileiros residentes no exterior que já sejam alistados pela Justiça Eleitoral estão obrigados a votar na eleição presidencial do próximo dia 1º, conforme informação divulgada na página eletrônica do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As normas que dispõem sobre o assunto estão na Resolução 22.155 do TSE, que pode ser conferida no site do tribunal (www.tse.gov.br).

A votação é realizada por meio da instalação de seções eleitorais nas missões diplomáticas ou repartições consulares do Brasil. O TSE estima que 86.360 brasileiros alistados pela Justiça

Eleitoral vivam fora do país. Apenas poderá votar no exterior o brasileiro que tenha requerido a inscrição ou a transferência do título ao juiz da Zona Eleitoral do Exterior até 150 dias antes da data da votação (neste ano, a data-limite foi 5 de maio).

Pela legislação atual, os brasileiros que vivem em outros países só podem votar para presidente e vice-presidente da República. Esse direito poderá ser estendido às escolhas de senador, governador e vice-governador, conforme proposta de Ideli Salvatti (PT-SC) aprovada em Plenário em março, e que agora tramita na Câmara.

A Zona Eleitoral do Exterior funciona no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Distrito Federal. O eleitor residente em outro país que ainda não providenciou o pedido de transferência de título só poderá fazê-lo a partir de 7 de novembro, quando deverá procurar o consulado ou missão diplomática do Brasil no país em que reside, portando passaporte e comprovante de residência.

O TSE já disponibilizou no site o formulário de justificativa de ausência nas eleições, que deve ser utilizado por qualquer eleitor que esteja fora de seu domicílio eleitoral em 1º de outubro.

Valadares diz que notícia sobre seu projeto foi um “mal-entendido”

“Um mal-entendido.” Foi assim que Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) classificou a notícia veiculada por empresas das Organizações Globo dando conta de que ele seria a favor da diminuição do prazo, de 60 para cinco dias, para que o Ministério Público apresente denúncia contra candidatos acusados de compra de votos.

O senador disse que, em 2003, apresentou projeto (PLS 76/03) com o objetivo de fazer com que a compra de votos pudesse ser caracterizada desde a escolha do candidato na convenção partidária, e não apenas a partir do registro da candidatura. O texto, aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), foi remetido para a Câmara em 2005, e lá houve mudança quando o relator, deputado João Almeida (PSDB-BA), incluiu em seu



Roosevelt Pinheiro

Valadares explica que sua proposta sofreu alteração na Câmara dos Deputados

substitutivo proposta contida em projeto apensado, do deputado Félix Mendonça (PFL-BA).

– Eu não tenho nada a ver com a redução do prazo – observou Valadares, lembrando que sua proposta teve apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, do Supremo Tribunal Federal, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e de outras entidades.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão não-deliberativa marcada para as 9h

O Senado marcou para hoje, às 9h, sessão não-deliberativa. Ela é destinada a discursos de senadores e a avisos da Mesa diretora e das lideranças partidárias. A sessão também pode ser utilizada para apresentação e leitura de novos projetos. Não estão previstas votações de proposições na próxima semana.

Rádio Senado lembra 60 anos da Carta de 1946

Os 60 anos da Constituição de 1946 serão o tema do especial deste fim de semana da Rádio Senado. A atração vai ao ar às 20h de hoje, com reprises amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h. A Carta de 1946 marcou o fim da ditadura do Estado Novo e foi impulsionada pelo término da 2ª Guerra Mundial e pela redemocratização de países europeus.

Participação política

Às 22h45, a TV Senado apresenta o segundo programa da série *Eleições 2006*, sobre participação política. A atração mostra que conhecer e participar da política é fundamental para a sociedade.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Marco Maciel e Paulo Paim



Recusa do deputado em depor gera suspeita, diz Domostenes

Demostenes cobra relato de Lino Rossi

Em entrevista ontem à Rádio Senado, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse que a recusa do deputado Lino Rossi (PP-MT) em depor perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar levanta suspeitas de que tem algo a esconder quanto ao suposto empréstimo de uma van ao senador Magno Malta (PL-ES). Este último responde a processo disciplinar no conselho devido à denúncia de que o veículo seria pagamento da empresa Planam em uma negociação para que Malta apresentasse emendas ao Orçamento, destinada a compra de ambulâncias por prefeituras, segundo a CPI dos Sanguessugas.

– Esse comportamento do Lino Rossi está dificultando a defesa do Magno Malta – observou Demostenes, relator do processo.

Além de não comparecer para explicar as condições em que emprestou a van a Malta, disse Demostenes, Rossi enviou ao conselho uma carta “cheia de contradições”.

O relator informou que está aguardando o Banco Central rastrear o cheque usado pela EPP – empresa “laranja” da Planam – no pagamento da van, e o Detran pesquisar a cadeia de propriedade do veículo. Antes de ouvir o senador, Demostenes pretende obter informações da empresa que Malta utilizou para devolver o carro a Rossi.

Márcia Kolome

Visando ao combate a atos de improbidade administrativa, três PECs começam a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça

Senado examina propostas da CPI dos Correios

Três propostas de emenda à Constituição (PECs) elaboradas pela CPI dos Correios foram lidas ontem em Plenário e começam a tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O espírito que move as três matérias é o combate a atos de improbidade administrativa, seja pela imposição de limites ao número de cargos em comissão e funções de confiança no serviço público, seja pela punição, por crime de responsabilidade, de particular acusado de induzir ato de improbidade. Os textos incluem ainda a possibilidade de a Câmara e o Senado passarem a investigar dirigentes de entidades da administração indireta da União.

As PECs 39 e 40, ambas de 2006, alteram e acrescentam dispositivos ao artigo 37 da Constituição federal, que regula a administração pública. De acordo com a PEC 39, o preenchimento de cargos em comissão por pessoas sem vínculo efetivo no serviço público só será possível nas seguintes condições: se o cargo integrar um dos dois primeiros escalões de ministérios ou órgãos diretamente ligados à Presidência da República e se a formação acadêmica e a qualificação profissional de seu ocupante for compatível com as atribuições do cargo. A proposição também estabelece que cargos em comissão e funções de confiança serão limitados a 3% do total de postos

permanentes do Poder Executivo no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Já a PEC 40/06 acrescenta a previsão de abertura de processo por crime de responsabilidade contra agente privado que induza ou concorra para a prática de ato de improbidade administrativa, ou que dele se beneficie de forma direta ou indireta. Ainda segundo a proposta, não escapa dessa punição o agente público de qualquer espécie, nível ou hierarquia, seja ele agente político ou servidor, envolvido em irregularidades na administração pública.

A PEC 41/06 prevê modificação no artigo 50 da Constituição, relativo às atribuições do Congresso

Nacional, para permitir à Câmara dos Deputados e ao Senado convocarem dirigentes de entidades da administração indireta da União, como autarquias, fundações e empresas públicas e sociedades de economia mista, a prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto determinado. A ausência dessas autoridades sem justificativa adequada importará crime de responsabilidade.

Essas PECs foram enviadas inicialmente à Câmara após o término dos trabalhos da CPI dos Correios, mas por divergências técnicas no rito do processo legislativo foram remetidas ontem ao Senado, para iniciar nesta Casa o regime de tramitação.

Relator quer ouvir Suassuna sobre declarações de ex-chefe de gabinete

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator do processo disciplinar contra Ney Suassuna (PMDB-PB) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, anunciou que pedirá ao presidente do colegiado, João Alberto Souza (PMDB-MA), que notifique Suassuna para prestar esclarecimentos sobre informações dadas por sua ex-chefe de gabinete Mônica Teixeira. Em depoimento ao corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), Mônica informou que Suassuna sabia que ela assinava documentos em seu nome.

De acordo com Jefferson, o conselho deve enviar a Suassuna uma cópia da documentação recebida da Corregedoria do Senado para que o senador paraibano apresente, em três dias, sua defesa. O relator assinalou que somente depois de ouvir Suassuna a respeito do depoimento de Mônica Teixeira irá pronunciar-se. Ele lembrou que o parlamentar precisa ser notificado oficialmente e apresentar sua defesa, sob pena de anulação do processo.

– Antes de Suassuna se defender, não vou dizer nada – observou.

Na opinião de Jefferson, não é necessário que também o conselho ouça a ex-chefe de gabinete de Suassuna. Nesse momento, destacou o relator, é importante saber se Suassuna confirma ou desmente a versão de Mônica Teixeira e, dependendo do que o senador disser, será cogitada uma possível acareação entre os dois.

– Não tenho a menor idéia do que ele vai falar, se vai confirmar ou se vai dizer que a funcionária está mentindo. Tenho que ouvi-lo



Segundo Jefferson, Suassuna terá três dias para apresentar sua versão

– reafirmou.

Documentação

Tuma entregou diversos documentos ao Conselho de Ética, na quarta-feira, contendo apurações realizadas pela Corregedoria para instruir os processos sobre quebra de decoro parlamentar contra os três senadores citados no relatório da CPI dos Sanguessugas – além de Suassuna, Magno Malta (PL-ES) e Serys Shhessarenko (PT-MT). Entre os documentos, consta o depoimento de Mônica Teixeira, no qual a ex-chefe de gabinete assegura que Suassuna sabia que ela falsificava sua assinatura, o que era uma prática comum no gabinete.

Ao depor na terça-feira, Suassuna afirmou que desconhecia, na época de elaboração de ofício enviado ao Ministério da Saúde, que sua assinatura havia sido falsificada no documento. O ofício pedia que recursos extra-orçamentários destinados à Paraíba fossem transferidos para uma instituição do Rio de Janeiro.

“E-mail de Gabeira corrige injustiça”, afirma Antero

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse ontem que o e-mail enviado a ele na quarta-feira pelo deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que o isenta de envolvimento com a máfia das ambulâncias, foi a correção de uma injustiça que estava sendo cometida contra o senador.

Gabeira, um dos sub-relatores da CPI dos Sanguessugas, foi designado para produzir um relatório preliminar sobre as acusações feitas por Luiz Antônio Vedoin, de que Antero teria recebido propina para beneficiar o esquema de fraudes que possibilitou a destinação irregular de recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias com preços superfaturados.

– Isso [o e-mail] sepulta de uma vez por todas essa história aqui em Mato Grosso – assegurou o senador.

Em entrevista à revista *Veja* no final de agosto, Luiz Antônio afirmou que seu pai, José Darci Vedoin, acertou com Antero Paes de Barros o pagamento de R\$ 40 mil de comissão pela elaboração de emendas ao Orçamento, no valor de R\$ 400 mil. O repasse do dinheiro, segundo Luiz Antônio, teria sido feito por intermédio do deputado Lino Rossi (PP-MT), que também está sendo investigado por suposta participação no esquema de fraudes.

Para Antero, as acusações foram motivadas por seu trabalho



Para Antero, acusações foram motivadas por seu trabalho contra a corrupção

político “sempre pautado no combate à corrupção”, principalmente, segundo ele, por ter denunciado que, em Mato Grosso, os “sanguessugas” atuavam sob a coordenação do governador Blairo Maggi, candidato à reeleição.

– Todos os sanguessugas estão no palanque do Blairo Maggi, uma das maiores fortunas do estado – destacou Antero.

No e-mail enviado ao parlamentar, Gabeira assinala que as acusações contra Antero são inconsistentes. O deputado diz ainda que na próxima reunião da CPI dos Sanguessugas, marcada para 4 de outubro, recomendará que o caso não seja encaminhado ao Conselho de Ética do Senado para abertura de processo disciplinar contra o senador.

Além de Antero, os senadores Serys Shhessarenko (PT-MT), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Magno Malta (PL-ES) tiveram seus nomes citados no relatório parcial da comissão de inquérito. Também 69 deputados tiveram seus nomes incluídos no relatório da CPI.

Senador afirma que falta de perspectiva profissional é fator preponderante de desagregação social e de aumento da criminalidade

Aumento do desemprego entre os jovens preocupa Paulo Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou ontem, em discurso, sua preocupação com o desemprego entre a juventude. Conforme pesquisa divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), os jovens representam 45,5% dos 3,2 milhões de desempregados das principais regiões metropolitanas do país.

Paim afirmou que a falta de uma perspectiva profissional para os jovens é um fator preponderante de desagregação social e de aumento da criminalidade. O senador ressaltou ser fundamental fomentar a economia e gerar empregos, além de investir na educação profissional, preparando os jovens para o mercado de trabalho. Ele defendeu a aprovação da PEC 24/05, de sua autoria, que cria o Fundo Nacional de Ensino Profissionalizante (Fundep), como forma de garantir recursos para avanços permanentes no ensino técnico profissionalizante.

O parlamentar lembrou que, nos últimos dez anos, o governo federal aplicou no ensino técnico profissionalizante cerca



Paulo Paim defende a criação do Fundo Nacional de Ensino Profissionalizante

de R\$ 100 milhões por ano, frisando que, com a aprovação do Fundep, o investimento anual nessa área passaria para R\$ 3,5 bilhões. Esses cálculos foram apresentados pelo próprio relator da matéria, senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Marco Maciel (PFL-PE), na presidência da sessão, manifestou o seu apoio à criação do Fundep, afirmando que a medida será mais um instrumento para a formação do cidadão e sua habilitação para o trabalho. Ele acrescentou que o desemprego leva à desesperança e a desvios

de conduta. A proposta, afirmou, contribui para o desenvolvimento da educação e para a melhoria da condição social do povo.

Idosos

Paulo Paim também registrou a realização em Brasília, nesta semana, do 4º Encontro Nacional de Conselhos de Idosos. O senador chamou a atenção para o envelhecimento da população para afirmar que o Brasil precisa, em caráter de urgência, implementar políticas públicas visando ao atendimento das necessidades dos idosos. Ele fez um apelo ao Congresso para que lute, na aprovação do Orçamento da União, por verbas destinadas ao atendimento dessa parcela da população.

Paim lembrou ainda a comemoração, no dia 20 de setembro, do aniversário da Revolução Farroupilha, movimento surgido no Rio Grande do Sul, há 171 anos, contra a política tributária do governo central. A Guerra dos Farrapos, como ficou conhecida a revolta dos gaúchos contra o Império, durou dez anos, experimentando a então província do Rio Grande do Sul um período de independência.

Evento do Senado valoriza pessoas com deficiência

Em parceria com entidades como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a organização não-governamental A Força do Bem, o Senado irá realizar, entre os dias 20 e 26 de novembro, a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. O evento é destinado a chamar a atenção para as necessárias iniciativas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

A programação da semana incluirá a instalação, no Salão Negro do Congresso, de um túnel sensorial em que serão visualizadas imagens de brasileiros com deficiência, moradores das mais diferentes áreas do país, como o Pantanal mato-grossense, a Caatinga nordestina e a Zona da Mata, em Minas Gerais. A idéia dos organizadores do evento é que, ao percorrer esse túnel e ver as dificuldades enfrentadas por esses brasileiros, o visitante

saia dali pronto para entender as mudanças que precisam ser feitas na legislação brasileira.

Em 2005, quando pela primeira vez o Senado realizou a semana de eventos, o presidente da Casa, Renan Calheiros, utilizou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para dizer que somam 24,5 milhões os brasileiros com deficiência. Na ocasião, ele abordou a hipótese de qualquer um também tornar-se um deficiente, em razão de acidente, doença ou do próprio processo de envelhecimento.

Por isso, Renan disse considerar tão importante que o Senado se devote a esse assunto, aprovando leis capazes de integrar os portadores de dificuldades às vias públicas, ao mercado de trabalho, às escolas e aos meios de comunicação. No entendimento de que esse é um direito básico do ser humano, o presidente do

Senado observou que o esforço da Casa em relação à questão “não é um mero ato assistencialista, mas o cumprimento de um dever consagrado na Constituição”.

Organizadora do evento, chefe do Cerimonial do Senado e presidente da Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência, Mônica Freitas afirmou que o fundamental em relação a um acontecimento desse tipo é a conscientização que pode propiciar, fazendo com que o público participante empenhe-se na busca por transformações. Ela também considera valiosa a participação da ONG A Força do Bem, criada pela atriz Isabel Fillardis, que faz o mapeamento dos deficientes no país. Mônica disse ainda estar trabalhando para que o músico Herbert Viana, que em 2001 ficou paraplégico em consequência de acidente sofrido com um ultraleve, realize um *show* durante o evento.



Trabalho eficiente de marketing é essencial para incrementar o turismo, diz Carvalho (D)

Turismo é estratégico para reduzir desigualdades, afirma ex-ministro

O turismo é uma atividade estratégica, um instrumento maior para reduzir as desigualdades estruturais e sociais e levar postos de trabalho a todos os lugares. Para seu incremento, é essencial um trabalho eficiente de marketing e de construção da imagem de um local, fazendo com que a atividade não apenas gere lucro para as empresas, mas também realize os sonhos de quem viaja. Essa é a opinião de Caio Luiz de Carvalho, presidente da empresa São Paulo Turismo e ex-ministro do Esporte e Turismo do governo Fernando Henrique Cardoso, manifestada durante o 6º Congresso Brasileiro de Comunicação no Serviço Público, realizado na Câmara dos Deputados.

Caio Luiz de Carvalho ministrou ontem palestra sobre “O que o turismo pode fazer pelo Brasil e o que a comunicação pode fazer pelo turismo”, dentro do programa do último dia do congresso. O conferencista destacou a importância de se vender a imagem de uma localidade de maneira competente e de a população e os empresários aprenderem a processar recursos naturais, culturais e humanos para gerar riqueza e desenvolvimento sustentável. O ex-ministro ressaltou ainda a importância da criação de uma identidade local e de se

criar história para os destinos turísticos, levando-se em conta o conceito de que o mercado não vende serviços, mas momentos inesquecíveis.

– É preciso bater forte em termos de comunicação – disse.

O palestrante citou a Bahia como exemplo de local onde há marketing eficiente e trabalho competente na área de turismo. As campanhas publicitárias que valorizam o estado existem desde a década de 80, sempre envolvendo a população e os artistas locais.

Para Caio, não é só a cadeia produtiva do turismo que ganha com seu crescimento. Em 2005, o setor adquiriu 690 mil aparelhos da indústria eletroeletrônica e 1,6 milhão de cadeiras, e as locadoras de automóveis compraram 300 mil veículos. Houve a criação de 1,9 milhão de empregos no Brasil e investimentos de US\$ 10,6 bilhões no setor.

O empresário lamentou que a recomendação da Organização Nacional de Turismo para investimento – 2% do que os países recebem de divisas estrangeiras deveriam ser aplicados em marketing, na promoção e na consolidação do turismo – não seja cumprida. Se fosse obedecida, o Brasil deveria investir anualmente US\$ 72 milhões no setor.

Crivella propõe jogo da seleção de futebol no Líbano

Aproveitando a viagem que a seleção brasileira de futebol fará ao Kwait no próximo dia 7 de outubro, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) encaminhou ontem requerimento à Mesa diretora do Senado solicitando ao presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira, a realização também de um jogo de solidariedade no Líbano.

A finalidade do jogo, explicou



Evento arrecadaria fundos para reconstruir área destruída por guerra, explica Crivella

Crivella, seria a arrecadação de fundos para a reconstrução da área destruída pela guerra travada entre o grupo terrorista Hezbollah e Israel.